condição ou requisito prévio ao diálogo não acabaria, paradoxalmente, traindo a verdadeira natureza do mesmo? A busca desta experiência religiosa primordial, comum e anterior às tradições religiosas, seria pré-condição ou, na verdade, o resultado de um diálogo aberto e honesto entre as partes envolvidas?

Sinivaldo S. Tavares, OFM
Instituto Teológico Franciscano
Petrópolis, RJ

PEREIRA, Ney Brasil . *Livro da Sabedoria. Aos governantes, sobre a Justiça.* Comentário Bíblico – AT. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1999, 236 p.

O autor volta a surpreender-nos com um comentário profundo e ao mesmo tempo pastoral, que não evita os problemas técnicos, mas os apresenta em linguagem acessível. A obra se apresenta como uma ferramenta para a tarefa de estudar e difundir as Escrituras com seriedade nas comunidades cristãs da América Latina, e em todo lugar onde exista sensibilidade ante as desigualdades e a hipocrisia dos governantes. Dizemos que volta a surpreender-nos, porque esta obra repete as virtudes de seu anterior comentário ao *Sirácida ou Eclesiástico*, publicado na mesma coleção em 1992. É de esperar que possamos dispor logo de uma tradução castelhana deste novo trabalho (embora esteja ainda pendente a tradução do anterior), e isto não só por seus méritos mas também pela quase ausência de comentários sobre Sabedoria em língua castelhana. De nosso conhecimento, contamos com o trabalho de Luís Alonso-Schoekel, de 1974, o grande comentário de José Vílchez, de 1990, e o mais recente (1992), de J. Busto-Saiz, como únicos materiais disponíveis.

Pereira organiza sua exposição do seguinte modo: na Introdução apresentam-se os temas que situam o leitor na obra a estudar. Ali se analisam o autor, a data, o ambiente social e cultural em que o livro se gestou. Também a unidade literária e sua estrutura de superfície, suas dependências literárias e seu conteúdo teológico. É importante destacar a secção sobre uma possível leitura feminista, devido ao fato da habitual apresentação da sabedoria como uma entidade feminina, e também a breve referência a interpretações do passado que nos recordam que não somos os primeiros em descobrir a riqueza de um texto bíblico em particular. Comenta-se também sua relação com o Novo Testamento, com as escrituras judaicas bíblicas e extrabíblicas, e com textos gregos em geral. Até aqui as primeiras 49 páginas. Logo passa ao comentário propriamente dito, onde se exploram os sentidos do texto, procurando ouvir "o que o Sábio nos tem a dizer".

O autor distribuiu o livro em quatro partes:

I. Cap. 1,1–6,21: Justiça e Sabedoria;

II. Cap. 6,22–9,18: A Sabedoria em si mesma;

III. Cap. 10: Sabedoria e Justiça na história primordial;

IV. Cap. 11–19: Sabedoria e Justiça no Êxodo.

Seguindo um critério já bastante difundido na América Latina – e em forma crescente em outras latitudes – o texto é analisado por perícopes e não versículo por versículo, como ainda continuam fazendo um número importante de especialistas. É claro que esta opção não é por mero comodismo nem para economia de palavras. É conseqüência de compreender que desta maneira se respeita mais o texto recebido, ao mesmo tempo que se consegue uma melhor compreensão de sua mensagem. Uma análise de qualquer texto demonstra que não se escrevem frases soltas, apenas vinculadas por vírgulas e pontos, mas que a unidade *kerigmática* costuma ser o período, e mesmo a perícope completa. De modo que, se a intenção do comentário é abrir a mensagem do livro ao leitor, a opção de analisar perícopes e não versículos isolados supõe um avanço metodológico, que mostra frutos imediatos.

Vamos destacar dois pontos nesta rica obra, tão-só para ressaltar sua importância e a necessidade de incluí-la entre nossos textos de referência para o estudo deste importante livro sapiencial. Em primeiro lugar, o autor assinala que o título sofreu mudanças: nos Setenta, seu título é *Sabedoria de Salomão*, enquanto que a Vetus Latina e a Vulgata o chamam de *Livro da Sabedoria.* Ambos os títulos, e provavelmente sem desejá-lo, ocultam o tema central da obra, que é a Justiça. De fato, a primeira linha do livro diz: "Amai a Justiça, vós que governais a terra..."

Com isto, ajuda-se o leitor a situar-se em duas coisas. A primeira, que o tema da Justiça percorrerá todo o livro. A segunda, que o livro está dirigido aos governantes, aos que detêm o poder e podem decidir sobre a vida dos outros. É certo que esta interpelação aos governantes pode ser retórica, como quando os profetas imprecam aos "reis das nações", mesmo sabendo que suas palavras não serão levadas em conta por esses funcionários. Contudo, mais além da possibilidade de que os verdadeiros governantes escutem e levem em conta as palavras do autor, vale um seu reconhecimento semiótico. Isto situa o discurso no nível das decisões políticas e no jogo do poder social, onde se decidem as questões que determinam a justiça e a injustiça. Nosso autor assinala que o destinatário destas palavras não são apenas os governantes de altos cargos, mas também todos aqueles que exercem autoridade nos vários níveis. E ao exprimir-se assim não exclui nenhum aspecto secular, nem tampouco o eclesial. Pergunta-se, enfim, se, ao escrever um livro identificado pela tradição como "da Sabedoria" ou "Sabedoria de Salomão", não seria de esperar que começasse: *Amai a Sabedoria...*? Entretanto, nota que no cap. 6,21 se diz: *Honrai a Sabedoria...* numa espécie de inclusão que estabelece a relação entre Justiça e Sabedoria: "Esta, apresentada como celestial, divina, vinda do alto; aquela, sendo seu efeito humano, especialmente a justiça no governo sendo seu fruto excelente" (p. 54).

O autor reconhece que uma peça central do livro é a oração do cap. 9. Obra magnífica que, de algum modo, encerra o elogio da Sabedoria e abre para um novo capítulo. O tratamento que Pereira dá a esta unidade é por demais interessante e sem dúvida fará o leitor meditar. Assume-se que nesta oração se cristaliza o que já se havia apresentado de forma dispersa: que a Sabedoria é Dom de Deus e que, em conseqüência, não pode ser alcançada apenas pelo esforço pessoal, mas há de ser recebida como Dom

de Deus em resposta à oração e súplica do crente. Nosso autor distingue nesta oração três partes:

9,1-6: súplica direta;

9,7-12: motivos pessoais de Salomão;

9,13-18: reflexão e súplica do autor.

Na primeira secção, a oração está cheia de alusões criacionais: a criação do universo, do ser humano, o domínio dado ao ser humano. Nosso autor assinala que, a propósito, o domínio do mundo deve realizar-se no âmbito da santidade e da justiça. E assim se explicita a vontade de Deus no contexto de uma tradição mais antiga, que não o deixava inteiramente claro. É assim que não se suplica por uma ajuda da Sabedoria, mas pela Sabedoria divina em pessoa, como elemento necessário para o bom governo. No fim, Salomão se reconhece como servo e fraco, e portanto necessitado da sabedoria de Deus, para levar adiante o projeto de governar com justiça.

A seguinte secção é apresentada por Pereira como uma perícope delimitada pela expressão "teu povo" (v. 7 e v. 12), o que produz uma estrutura de inclusão. Ao mesmo tempo se passa da primeira parte, onde o tema é o chamado universal a toda a humanidade, para uma segunda parte, onde se apresenta o chamado concreto a Salomão. Ser rei e juiz são as funções que Deus deu a Salomão, que ficam confirmadas na oração e expressam a confiança de que suas obras, especialmente a construção do Templo, serão bem recebidas por Deus.

A terceira parte contém uma linguagem mais identificada com o real autor alexandrino do que com o autor semiótico, isto é, Salomão. Começa com perguntas retóricas que não precisam de resposta. Expressam um sentir típico da literatura sapiencial: que a Sabedoria pertence a Deus, é inacessível, e somente Ele é o verdadeiro Sábio. Pereira conclui ressaltando que o texto afirma que só com esse reconhecimento as ações dos homens serão retas e chegarão à salvação.

Finalmente, é de destacar que nosso autor apresenta sua própria tradução do texto original grego. Ele segue o texto publicado na "Bíblia Vozes" em 1982, do qual é o tradutor deste livro, assim como dos demais livros deuterocanônicos, e assinala que incluiu correções próprias a partir da investigação mais recente e do trabalho exegético. Esta característica – de oferecer uma tradução própria para cada comentário – é elogiável e deveria ser continuada em toda a coleção. Uma boa tradução é já um trabalho exegético e hermenêutico que, sendo bem lido, diz bastante sobre o sentido de um texto e abre boa parte de suas possíveis leituras.

Pablo Andiñach
do ISEDET – Buenos Aires

BRIGHT, John. *A History of Israel.* Fourth edition, with an Introduction and Appendix by William P. Brown. Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press, 2000, 533 p.

A "História de Israel" de John Bright, publicada em 1959, foi considerada uma obra de leitura agradável, um modelo atualizado e respeitado da ciência bíblica norte-americana. Foi uma obra que provocou, durante ao menos duas décadas, um grande impacto nos estudos bíblicos. Traduzida para várias línguas, sua influência se fez sentir em Escolas de Teologia, Universidades e Igrejas. A tradução brasileira, promovida pela Editora Paulus, foi feita a partir da segunda edição original revisada (1972).

No prefácio da segunda edição revisada, diante do extraordinário progresso das descobertas arqueológicas, Bright promete uma "revisão completa de todo o livro". No prefácio da terceira edição revisada, Bright diz que sentiu necessidade de rever o texto de sua História de Israel, para colocá-lo a par do progresso das descobertas, que têm sido muito rápidas nos últimos anos, para que o livro continue sendo útil.

Ele percebe que, sobretudo no que diz respeito aos períodos mais antigos da História de Israel, "quase tudo parece ter sido novamente colocado em questão". Assim, a origem dos patriarcas, o sistema tribal, a tomada da terra e os inícios da monarquia eram questões em que havia um consenso, mas agora, na opinião de Bright, há um caos. Por isso, na terceira edição revisada, atualiza as notas de rodapé de acordo com a mais recente bibliografia, mas considera ainda prematura uma revisão completa dos primeiros capítulos de sua História. As alterações têm sido maiores, sobretudo no cap. 4 (*A constituição e a religião de Israel primitivo: A liga tribal*), onde algumas afirmações foram mais bem precisadas ou alteradas, algumas secções foram inteiramente re-elaboradas ou até acrescentadas, como o item A: "O problema e o método de proceder".

No entanto, as recensões críticas da terceira edição da História de Israel de Bright não são unânimes quanto ao alcance de tal revisão. Há quem considere a revisão muito tímida, uma simples maquiagem, insuficiente para atualizar esta importante obra (assim John Van Seters, *Journal of Biblical Literature*, 102, 1983, p. 293-294). Bright é acusado de não acompanhar as discussões sobre os inícios da história de Israel. Por exemplo, mesmo que seja mais cauteloso diante das descobertas arqueológicas, ainda continua confiante no valor histórico do livro de Josué. Não fala mais de "anfictionia", mas ainda mantém suas afirmações sobre uma liga sagrada das doze tribos no período dos juízes. Outros consideram que a revisão, embora não seja muito radical, foi até mais ampla do que o próprio Bright admite (assim Joseph Jensen, *The Catholic Biblical Quarterly*, 44, 1982, 477-478). De fato, os avanços do conhecimento histórico e arqueológico lançaram um grande ceticismo entre os pesquisadores sobre a historicidade dos relatos bíblicos. Bright tem consciência disso e faz uma revisão considerável dos capítulos que dizem respeito ao período anterior à monarquia (cap. 1–4). Contudo, no meio do conflito, mantém corajosamente suas posições defensivas. Mas sua tendência em favor da historicidade não o leva a aceitar sem crítica as tradições bíblicas.

Bright veio a falecer em 1995. O sucesso de sua obra, que na sua primeira edição chegou a vender cem mil exemplares, fez com que ela fosse traduzida na Alemanha, na Espanha, na Coréia, na Indonésia e no Brasil. O sucesso de sua História deve-se à facilidade com que ele trata da Escritura, da arqueologia e da história do Médio Oriente. Ele soube tratar de modo sério a formação teológica de Israel. Sempre considerou a fé de Israel como um fator determinante na formação de sua identidade histórica. A